

ENERGIAS RENOVÁVEIS

Oliveira Fernandes, professor de Engenharia Mecânica da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), é um estudioso das energias renováveis em Portugal e foi membro do Governo anterior com responsabilidade, precisamente, na área da energia. O jornal "O Primeiro de Janeiro" conversou com ele sobre este tema, pouco conhecido da maioria da população.

ENERGIAS RENOVÁVEIS

Energias renováveis: o que é isso?



Oliveira Fernandes, professor de Engenharia Mecânica da FEUP

As energias renováveis existem em Portugal com abundância, mas a maioria dos portugueses não sabe bem o que significam, nem como funcionam. Além da energia eólica, existe a hídrica, a biomassa e a solar, entre outras. Oliveira Fernandes,

enquanto membro do Governo anterior, teve o privilégio de imprimir um ritmo novo às energias renováveis, nomeadamente, à energia eólica e para o professor este tipo de energia é um comboio que já partiu e está em marcha com os seus

recursos identificados e os seus mecanismos de financiamento. Em 31 de Dezembro de 2003, entre instalações em serviço e em construção / instalação, Portugal tinha já uma potência eólica apontada de cerca de 750 MW.

A caracterização dos recursos está bastante bem feita, quer no sentido qualitativo, quer no sentido extensivo. A questão está em saber se os recursos que estão identificados podem ser explorados ou não

O desenvolvimento que a energia eólica tem registado ultimamente é feito à base de equipamentos importados do exterior. "Há algumas iniciativas que estão a ser lançadas com vista à criação de uma ou duas fileiras de construção de equipas eólicas, já que não temos ainda nenhuma tecnologia eólica, específica, em Portugal. No entanto, temos possibilidade e capacidade de a instalar rapidamente" declarou Oliveira Fernandes.

A identificação dos recursos da energia eólica em Portugal está praticamente feita devido à grande intervenção do INEGI (Instituto de Engenharia e Gestão Industrial), que é uma instituição associada ao Departamento de Engenharia Mecânica da FEUP, bem como de outras instituições nacionais, nomeadamente, o INETI. "A caracterização dos recursos está bastante bem feita, quer no sentido qualitativo, quer no sentido extensivo. A questão está em saber se os recursos que estão identificados podem ser explorados ou não", referiu o professor. "Ás são muitas e ponderosas as limitações de natureza ambiental. Só que estas não podem ser "alibi" para o não funcionamento do Estado, o último responsável pelo aprovisionamento energético."

Quando falamos em energias renováveis falamos também na energia hídrica, cujos recursos disponíveis estimados poderão ser da ordem de grandeza da potência de hidroelectricidade actualmente instalada. Porém, "a sua exploração é muito difícil e problemática, porque as dificuldades económicas e ambientais são muitas. Isto é, temos recursos disponíveis na hídrica e na eólica, mas há que aferir a todo o momento se, quando e como é oportuno utilizá-los". Os recursos estão caracterizados, mas a sua utilização tem condicionantes naturais e instrumentais que são inerentes às dificuldades dos licenciamentos. "Há uma viscosidade processual que é a marca do País. Em todas as instituições há atitudes



Oliveira Fernandes imprimiu um ritmo novo à energia eólica

ENERGIAS RENOVÁVEIS

conservadoras, não dinâmicas, quase subversivas, no sentido em que não se identificam plenamente com os objectivos estratégicos das políticas públicas. Este é, essencialmente, o nosso problema, também no que respeita às energias renováveis”.

Que considerações críticas faria Oliveira Fernandes às energias renováveis em Portugal? “O quadro geral da política das energias renováveis foi estabelecido pelo último Governo, com um programa chamado E4 (Eficiência Energética e Energias Endógenas). Esse programa foi respeitado por este Governo embora essa adopção tenha sido mais formal do que a expressão política de uma convicção que o tempo escoado tem mostrado não ser muita por parte do Ministério da Economia. Não havia razão para contrariar, mas, também, não haveria convicção para fazer daquele um programa estratégico e essencial em relação às energias renováveis. A minha crítica vai nesse sentido. Vive-se hoje à sombra do que foi o programa original” frisou o professor da FEUP.

A avaliação dos recursos e a criação de condições de investimento são questões relevantes para a sociedade, vista como um todo. Mas não se pode descurar o próprio comportamento dos utilizadores. E este é um ponto crucial. “As energias renováveis para produção de electricidade entram numa espécie de caixa negra, que é a rede eléctrica: os consumidores não sabem o que está lá dentro. A problemática das energias renováveis é sobretudo do foro dos decisores, grupo restrito de entidades e instituições que podem interessar-se por estas formas de energia. Os cidadãos, esses, não se apercebem se a electricidade que têm em casa vem do vento, do gás natural ou do carvão”. Mas, os cidadãos, apesar de não terem poder para interferir directamente, têm de começar a ter consciência de que a electricidade que consomem vem, por exemplo, dez por cento da água, dois por cento do vento e oitenta por cento do carvão, ou o que for. Aquela acontece em sociedades mais evoluídas. Por exemplo, na Alemanha, as pessoas que o desejem, em fun-

As energias renováveis para produção de electricidade entram numa espécie de caixa negra, que é a rede eléctrica: os consumidores não sabem o que está lá dentro. A problemática das energias renováveis é sobretudo do foro dos decisores, grupo restrito de entidades e instituições que podem interessar-se por estas formas de energia. Os cidadãos, esses, não se apercebem se a electricidade que têm em casa vem do vento, do gás natural ou do carvão



“Devemos ter uma atitude responsável em relação à energia”

ção da sua maior consciência ambiental, estão dispostas a pagar mais uns centimos no preço do kWh para custear as renováveis. “Como nós ainda não temos essa consciência cívica, tem de haver um sistema que decida o custo adicional para que todos paguem, tornando, assim, o País mais limpo. Mas, independentemente de haver ou não uma expressão dessa consciência no preço da electricidade, é necessário que, no seu uso, como acontece com a água, haja uma atitude responsável de eficiência e de contenção.”

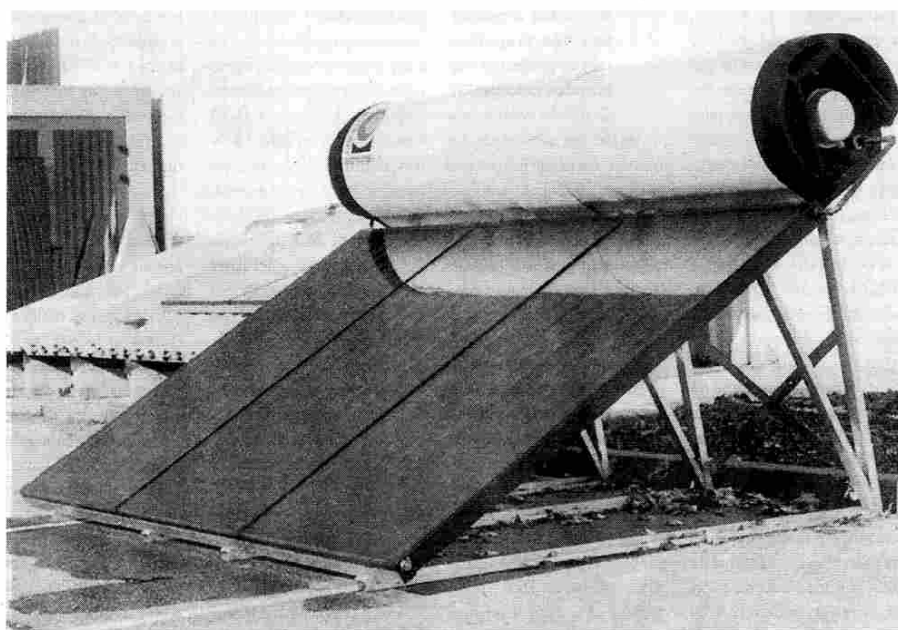
Existe, neste momento, um objectivo a ser cumprido em 2010: 39 por cento de energia eléctrica deverá ser de origem renovável. Este objectivo já foi atingido num passado recente, no final dos anos 80. Mas então, se atingimos essa situação, porque a perdemos entretanto? Oliveira Fernandes responde “a energia hídrica que tínhamos continua a estar disponível com as variações dependentes do grau de pluviosidade de cada ano. O problema foi o facto de os nossos consumos continuarem a crescer e como vão

continuar a crescer até 2010, o volume de consumo será ainda maior”. Tem-se, então, que aumentar a produção de electricidade por energias renováveis a um ritmo equivalente, para que a proporção destas possa aproximar-se dos 39 por cento. Já que não temos a possibilidade de utilizar muito mais os grandes recursos hídricos disponíveis, devido aos factores económicos e ambientais, temos, então, de diversificar para a utilização dos recursos de outro tipo de energia, nomeadamente, a energia eólica.

Oliveira Fernandes adverte que “perante o quadro energético nacional, anda muito fortemente dependente dos combustíveis fósseis (carvão, fuel e gás natural) não podemos cair no erro de defender o abaixamento das tarifas eléctricas para os consumidores individuais. Devemos, sim, aceitar o abaixamento para as empresas, para assegurar a competitividade do nosso tecido produtivo. Esta é que é a política patriótica: ter a energia de que precisamos, com um comportamento de eficiência e compatível com o nosso território”.

No entanto, a criação do mercado ibérico de energia vai beneficiar a transparência dos processos de um lado e outro da fronteira, permitindo um abaixamento dos preços devido à criação de mecanismos de competição. Oliveira Fernandes reforça a sua ideia dizendo que “o efeito do abaixamento é óbvio, quando houver um verdadeiro mercado, mas tal efeito poderá vir a ser mais ou menos sensível em função de outros tipos de ajustamento que se tornarão necessários, em termos de transparência de custos, das incidências fiscais e dos custos ambientais, que actuarão no sentido da subida”.

Em conclusão, Oliveira Fernandes diz que devemos ter uma atitude particularmente responsável em relação à energia, que é o factor sócio-económico que mais pressão exerce sobre o ambiente. E esta é, certamente, uma perspectiva ainda nova entre nós.



Painél solar que permite o aquecimento da água